

Governo vai priorizar preservação florestal

Francisca Stella Fagá
de São Paulo

No mês de agosto, cinco siderúrgicas do Estado de Minas, responsáveis por cerca de 5% da produção nacional de ferro-gusa, foram obrigadas a fechar as portas. Elas não estavam cumprindo a exigência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de repor as árvores que derrubam para queimar em seus fornos, num estado em 5 que se calcula em cinco bilhões de árvores a dívida das empresas do setor com a vegetação nativa.

Também a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), sediada no Espírito Santo, estatal incluída na lista das privatizáveis, quase teve o mesmo fim, por não atender a exigências das agências ambientais sobre controle de poluição.

E a gigante Vale do Rio Doce correu o risco de sofrer punição semelhante. Ambas só estão funcionando porque assumiram o firme compromisso de cumprir as exigências ambientais.

Medidas inéditas como essas indicam para a socióloga gaúcha Tania Munhoz, a presidente do Ibama, um início muito auspicioso da década de 90 na área ambiental. Não exatamente pelos seus efeitos, mas pelo que representam.

"Pela primeira vez, sinto que hoje, neste governo, existe vontade política para preservar o meio ambiente", diz.

Também na área de saneamento há grande expectativa do governo para os

próximos anos. Segundo Walter Annichino, titular da recém-criada Secretaria Nacional de Saneamento, no Brasil, mais de 10 bilhões de litros de esgotos são lançados por dia na rede hídrica sem nenhum tratamento. Investiu-se nos últimos anos em média apenas US\$ 1 bilhão por ano, e com resultados discutíveis.

Agora, o governo planeja destinar cerca de US\$ 19 bilhões em cinco anos, o que dá uma média anual de US\$ 3,8 bilhões. Mais do que isso, segundo Annichino, hoje existe um programa integrado para tornar a aplicação desses recursos mais eficiente. Já neste ano, estão comprometidos US\$ 2,7 bilhões para o setor. Há uma novidade: iniciativa privada e prefeituras participarão desses projetos.

Nos últimos anos, 99% dos investimentos da área de saneamento eram alocados pelos governos estaduais. Daqui para a frente, esse perfil vai alterar-se profundamente, anuncia Annichino. A iniciativa privada, que até hoje funcionou apenas como prestadora de serviços para o setor público, está sendo convidada a assumir a operação dos sistemas. A ideia é ampliar experiências por enquanto isoladas, como a da estação de tratamento de Barueri, no Estado de São Paulo, em que um consórcio de empresas privadas substitui com sucesso o tradicional papel do Estado.

Existem hoje no Brasil 15 milhões de pessoas que não têm acesso à água encanada; 55 milhões estão à margem da rede de esgotos; apenas 10% dos esgotos co-

letados são tratados antes de serem lançados aos cursos d'água; 30% da população brasileira não tem seu lixo coletado.

Em parte, segundo Annichino, esse quadro dramático deve-se à ineficiência dos governos estaduais para resolver problemas de saneamento, que sempre foi premiada nos governos anteriores. A situação, segundo ele, deverá alterar-se agora com a inserção da concorrência da iniciativa privada e das prefeituras nesse processo.

Parte dos US\$ 19 bilhões, cerca de US\$ 5 bilhões, será alocada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); outro tanto, US\$ 4 bilhões, sairão do orçamento da União; US\$ 2,4 bilhões com certeza, mas possivelmente mais, serão financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD). O programa pressupõe ainda que os estados participarão com US\$ 4 bilhões; companhias estaduais e municipais de saneamento, com US\$ 1,5 bilhão; e iniciativa privada, com US\$ 1,4 bilhão.

Para a preservação do pouco que ainda resta da Mata Atlântica — cerca de 3% da cobertura original —, os próximos anos prometem um grande esforço de cooperação internacional. É quase certo que ela venha a ser reconhecida como reserva da biosfera pela Unesco já em 1992. Isso poderá significar um passo decisivo para a preservação dos 10 milhões de hectares remanescentes, segundo avaliação de José Pedro de Oliveira Costa, coordenador do Consórcio Mata Atlântica.